

A inflação e o fim da CPMF



Publicado no Jornal Correio Braziliense em 10/03/2008

Passados dois meses do fim da cobrança da CPMF, algumas personalidades têm vindo a público cobrar a queda dos preços dos produtos e serviços, que já não têm mais embutido o custo da CPMF. O Ministro da Fazenda teria afirmado que “o consumidor ainda não teve benefício”. Será?

É preciso lembrar que a luta contra a CPMF teve como principal propósito a diminuição da carga tributária brasileira. Uma carga que asfixia o contribuinte e retira do setor produtivo a capacidade de investir, produzir e gerar os empregos de que o país tanto necessita. De acordo com um estudo do economista americano Robert Barro com 100 países, para cada ponto percentual de queda na relação gasto público/PIB, o PIB per capita real pode crescer 0,15 ponto percentual, ou seja, se o Brasil reduzisse os tributos para 26% do PIB teria um incremento anual de 1,5 ponto percentual no crescimento econômico. É inegável, portanto, que a redução da carga tributária proporcionada pelo fim da CPMF representa um benefício ao consumidor, e, sobretudo, ao país.

Afora o benefício da redução da carga tributária, os primeiros indicadores econômicos de 2008 deixam claro que o setor produtivo contribuiu para a queda dos preços na economia. Ao analisar o comportamento recente da inflação, verifica-se que os principais índices de preços tiveram quedas acentuadas no mês de janeiro, após expressivas altas nos últimos meses de 2007.

A inflação medida pelo IPCA, por exemplo, interrompeu uma trajetória crescente e perigosa. Saiu de 0,18% em setembro para 0,74% em dezembro passado - o maior valor mensal desde outubro de 2005 -, recuando para 0,54% em janeiro deste ano, ou seja, queda de 0,2 ponto percentual em um período de demanda fortemente aquecida. Esse recuo inflacionário em janeiro não se repetiu no ano anterior, com o IPCA mantendo-se praticamente estável entre dezembro de 2006 (0,48%) e janeiro de 2007 (0,44%).

Os preços subiram, sim, mas, com o fim da CPMF, essa elevação foi, certamente, menor do que se poderia esperar. Isto porque são influenciados por outras variáveis, especialmente as cotações internacionais das principais matérias primas agrícolas e industriais, que têm apresentado forte elevação em razão do crescimento da economia mundial. É o caso do minério de ferro, matéria prima da fabricação de aço, cujos preços tiveram reajuste superior a 60% nas últimas semanas. Cotejando os recentes indicadores econômicos brasileiros e mundiais, tem-se claro que o fim da malfadada CPMF foi determinante para a expressiva desaceleração dos preços, observada neste início de 2008.

O resultado poderia ter sido melhor? É claro que sim. Bastaria que o Governo Federal tivesse controlado sua voracidade fiscal e cumprido a promessa do Presidente da República de não aumentar impostos. Dos R\$ 37 bilhões arrecadados com a CPMF em 2007, 72%, ou R\$ 26,6 bilhões, foram recolhidos pelas empresas. Esse potencial de redução de preços foi seriamente comprometido pelo aumento do IOF e da CSLL para instituições financeiras que, encarecendo o crédito, terá retirado cerca de R\$ 13 bilhões das empresas e consumidores ao longo de 2008. O potencial de queda dos preços, que era estimado em 1,7%, em média, foi reduzido a pouco mais da metade.

Até porque os dados da arrecadação de tributos federais em janeiro deste ano comprovam o equívoco da atitude precipitada do Governo Federal. Sem a CPMF, a arrecadação alcançou R\$ 62,6 bilhões, R\$ 12,7 bilhões a mais que em janeiro de 2007, crescimento de 20% em termos reais. Ou seja, em apenas um mês, a arrecadação extra representou cerca de 30% das perdas presumidas com fim da CPMF. O aumento da alíquota do IOF, de 1,5% para 3,0%, representou ainda o aumento da regressividade do sistema tributário brasileiro, prejudicando os mais pobres que, por razões óbvias, precisam recorrer com maior frequência ao crédito e ao financiamento.

Se o Ministro da Fazenda considera que é importante reduzir nominalmente os preços dos produtos e serviços, ignorando a influência de outros custos de produção, que exija o mesmo das empresas do Governo, afinal, as estatais também lucraram com o fim da CPMF, sem, contudo, reduzir seus preços. Não se pode estabelecer, com precisão, o destino dos R\$ 26,6 bilhões da CPMF que eram recolhidos pelas empresas. Mas é fato que, estando

esse dinheiro no bolso dos contribuintes, ou incrementando os investimentos produtivos, o país é quem ganha. Ao contrário, nas mãos do governo, o dinheiro da CPMF provavelmente serviria para gastos desnecessários, muitos deles escondidos em nome de uma suposta questão de “segurança nacional”.

Kátia Abreu
Senadora da República (DEM-TO)